



PARECER Nº 042/2022 – COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Projeto de Lei Ordinária nº CM 020/2022

1. Relatório

Trata-se de projeto de lei de autoria conjunta dos Vereadores da Câmara Municipal de Divinópolis, que “autoriza o Poder Executivo do Município de Divinópolis a conceder remissão parcial sobre o valor da taxa de limpeza pública lançada para o exercício de 2022”.

Em resumo, o projeto propõe autorizar o Poder Executivo do Município a conceder sobre o valor lançado da taxa de limpeza pública, remissão parcial equivalente a 30% (trinta por cento) cabendo ao Poder Executivo, ainda, proceder à retificação dos respectivos lançamentos.

Em sua justificativa, os autores da proposta sustentam que o objetivo da concessão da remissão parcial é compatibilizar a necessidade arrecadatória do Município com a capacidade econômica dos contribuintes, considerada a permanência dos efeitos deletérios causados pela pandemia da Covid-19 à economia. Argumentam ainda ser fato notório, declarado pela Secretaria Municipal de Fazenda, que a previsão de arrecadação de recursos com a cobrança da taxa de limpeza pública para o exercício corrente mostra-se superavitária em montante suficiente a acobertar a concessão do desconto pretendido.

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara Municipal manifestou-se pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do projeto.

Em face do exposto, passa-se à análise da matéria sujeita à apreciação pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Câmara Municipal de Divinópolis, nos termos do art. 90, inciso II, c/c art. 125, ambos do Regimento Interno (Resolução nº 392 de 23 de dezembro de 2008).

2. Fundamentos

A matéria versada no projeto em análise encontra-se adequada às competências outorgadas regimentalmente à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

Municipal, especificamente observado o disposto no art. 90, II, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Divinópolis.

Estando formalizado o ato de lançamento do tributo, superveniente intenção de concessão de desconto necessariamente deve se dar mediante a concessão de remissão tributária. As razões encetadas no PLCM nº 020/2022 são suficientes para que se recomende sua aprovação.

3. Conclusão

Em face do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Ordinária nº CM 020/2022.

Divinópolis, 08 de fevereiro de 2022.

Rodyson Kristinamurti

Vereador Presidente e Relator
da Comissão de Administração
Pública, Infraestrutura, Serviços
Urbanos e Desenvolvimento
Econômico da Câmara
Municipal de Divinópolis

Hilton de Aguiar

Vereador Secretário da
Comissão de Administração
Pública, Infraestrutura, Serviços
Urbanos e Desenvolvimento
Econômico da Câmara
Municipal de Divinópolis

Eduardo Azevedo

Vereador Membro da Comissão
de Administração Pública,
Infraestrutura, Serviços Urbanos
e Desenvolvimento Econômico
da Câmara Municipal de
Divinópolis

PLCM 020/2022